

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE NOVEMBRO DE 2018

NÚMERO 7.357

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Leonel Pavan
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB, PODEMOS**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Leonel Pavan

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Moacir Sopelsa
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Dr. Vicente Caropreso
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Ada Faraco de Luca
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ada Faraco de Luca
Gelson Merisio
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Jean Kuhlmann
Valmir Comin
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
João Amin
Marcos Vieira
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Ada Faraco de Luca
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Fernando Coruja
Luiz Fernando Vampiro
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Antonio Aguiar
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
José Milton Scheffer
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Darci de Matos
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 106ª Sessão Ordinária realizada em 08/11/2018 2 Ata da 107ª Sessão Ordinária realizada em 13/11/2018 3</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 5 Mensagem Governamental .. 10 Portarias..... 10 Projetos de Lei 10 Projeto de Lei Complementar 11 Proposta de Sustação de Ato... 12</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2018 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO LEONEL PAVAN

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Cesar Valduga - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - João Amin - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Ricardo Guidi - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputado Maurício Eskudlark
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

A Presidência, não havendo oradores inscritos a fazer uso da palavra em Breves Comunicações, passa ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) -

Aborda sobre a campanha Novembro Azul que quer conscientizar os homens a respeito do câncer de próstata, que é o que mais os atinge, atrás apenas do câncer de pele. Serve de alerta para que estados e municípios possam aproveitar este mês para realizar ações sobre a importância dos exames e do diagnóstico precoce, pois é a melhor maneira de garantir de fato bons resultados na cura.

Defende a institucionalização de campanhas educativas, inclusive para reduzir os preconceitos e a resistência dos homens no tratamento preventivo. Ressalta que investir na prevenção custa menos do que gastar com tratamentos, fazer exames é mais barato que uma cirurgia.

Menciona a preocupação em relação a algumas declarações de pessoas ligadas ao futuro governador falando em redução dos recursos para a saúde. Considera que talvez sejam apenas murmúrios, de que não se torne uma posição oficial, pois seria um enorme retrocesso se isso de fato acontecesse. Afirma que mais do que nunca é importante o cumprimento da emenda constitucional, a elevação do recurso para 15%. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, solene, para o dia subsequente, às 19h, em Trombudo Central, em comemoração aos 60 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município.

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputado Silvio Dreveck

Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente)

- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DOUTOR VICENTE

CAROPRESO (Orador) - Tece comentários a respeito da visitação do médico italiano Cristian Manuel Perez a Santa Catarina para conhecer e vivenciar o atendimento do Sistema Brasileiro Médico de Atendimento Móvel de Urgência, o Samu, sendo que o mesmo ficou impressionado com a rapidez da prestação de atendimento da ambulância do citado órgão.

Cita as dificuldades ocorridas no ano anterior na manutenção do órgão e, durante sua gestão na secretaria de Saúde, foi implantada uma política de estado no gerenciamento, colocando responsabilidades ao estado, como a parceria com o Corpo de Bombeiros Militar para reunir forças e o resultado é a excelente logística de serviços de saúde prestados à sociedade.

Ao exibir vídeo informativo sobre o tema abordado, afirma a relevância do ilustre visitante na troca de experiências e o interesse de se fazer intercâmbio profissional entre as equipes de apoio médico da Itália com as do Samu do estado catarinense, o que considera de vital importância para o conhecimento, interação com o sistema europeu de atendimento médico e capacitação. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Lê reportagem do *Jornal Cruzeiro do Sul*, da cidade de Sorocoba, São Paulo, comentando sobre o futuro governo Jair Bolsonaro. Aborda que o Brasil em toda a sua história viveu aos solavancos na trajetória republicana, às vezes por conta das condições econômicas do mundo, e também por questões internas próprias, em que se agarrou a valores transferidos por seus colonizadores e culminou

em dificuldades para encontrar sua identidade. Destaca que serão dias duros, surgiram muitos obstáculos para aprovar mudanças na sociedade e no Parlamento. Cita que na última eleição o povo estava dividido, saturado de discursos, promessas e corrupção.

Encerra demonstrando otimismo para com os governadores e ao presidente eleito, desejando serenidade, e ouvidos atentos ao povo, sensibilidade do Congresso para trabalhar pelos interesses nacionais, afirmando que é preciso crescer na adversidade como se fosse um desafio a ser enfrentado. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Fala sobre a situação do estado, da infraestrutura, e entre tantos problemas refere-se à promessa feita por candidatos ao governo e governadores eleitos, a rodovia que liga Anita Garibaldi a Celso Ramos. Comenta que a obra iniciou durante o governo Raimundo Colombo, com uma pequena parte da estrutura executada, mas não chegou a receber recapeamento asfáltico e foi abandonada. Informa que a comunidade está se mobilizando para cobrar a continuidade do trabalho.

Também cita que o Orçamento do estado apresentou um déficit de mais de R\$ 2 bilhões, e a dívida com fornecedores já alcançou R\$ 700 milhões, débito este que ficará para o próximo governo. Considera lamentável e preocupante a situação, com obras inacabadas, infraestrutura precária e estradas esburacadas.

Registra, ainda, que a tão propalada Reforma Trabalhista completou um ano, período em que foi rasgada a CLT, mentindo aos trabalhadores que, ao retirar direitos duramente conquistados, seriam gerados novos empregos. Discorda do discurso apresentado pelos reformistas, pois nada mudou em relação ao desemprego, além de precarizar a situação do trabalhador.

Acrescenta que os discursos de reforma continuam, agora atingindo a Previdência Pública, e adverte que pretendem seguir o exemplo do Chile, que foi um desastre. Ressalta que sem uma previdência forte, sem aposentadorias, se empobrece também a economia, principalmente dos pequenos e médios municípios.

Afirma que o desenvolvimento e a geração de novos empregos acontecem pela melhoria do poder aquisitivo do trabalhador, a valorização do salário. Declara que este foi o grande segredo da economia positiva e distribuição de renda nos governos de Lula e Dilma. Também alerta que agora está havendo um retrocesso, com diminuição da renda do trabalhador e consequente quebraadeira.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Entende que este tema tem dado muito palanque, mas a hora da verdade está

chegando, comprovando que o modelo vigente está acabado, pois a população envelheceu, e é preciso despir-se dos partidos políticos, enfrentando a realidade. Pondera que não é possível admitir privilégios e castas dentro das aposentadorias, pois o Brasil não suporta mais este tipo de situação. *[Taquígrafa: Sara]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

(Oradora) - Discorre sobre a Constituição de 1988, lei fundamental e suprema do Brasil que completou 30 anos dia 05 de outubro, redefinindo o processo de redemocratização do país, após 21 anos de ditadura militar.

Posiciona-se que o objetivo principal da reorganização da Lei Maior do Brasil é assegurar os direitos fundamentais violados no regime autoritário; crimes inafiançáveis; ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, garantindo ao cidadão viver numa democracia representativa com direito a voto popular, eleição direta aos cargos de presidente, governador, prefeito, deputado federal, estadual, senador e vereador.

No quesito igualdade, destaca que a Constituição de 1988, entre seus princípios fundamentais, assegura cidadania e dignidade à pessoa humana; educação; liberdade de aprender, ensinar; pesquisar; divulgar o pensamento; arte do saber; pluralismo de ideias; concepções pedagógicas; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; valorização dos profissionais de educação escolar e criação do Sistema Único de Saúde, uma das grandes conquistas da sociedade brasileira.

Por fim, defende a Constituição Federal, considerando-a um bem que assegura o direito do cidadão brasileiro, e afirma que nenhuma outra lei no Brasil pode contrariar ou se sobrepor à Constituição Brasileira, resguardada pela fiscalização do Supremo Tribunal Federal. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador)

- Tece comentários a respeito do Decreto n. 1.711, de 28 de agosto de 2018, do governador do estado, o qual mexe com o setor empresarial catarinense de autopeças e propulsores devido à alteração de cobrança do ICMS. Considera matéria totalmente imprópria para o momento, pois os empresários precisam de segurança jurídica na economia, bem como gerar de empregos.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Comunga a fala do deputado e se mostra favorável ao diálogo com o secretário de estado da Fazenda na busca do bom entendimento para atender a todos, principalmente por desconhecer o conteúdo da matéria. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência dá conhecimento ao Ofício do Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, criado pela Lei Complementar Estadual nº 0636/14, formado por representantes técnicos de nove prefeituras da região do governo do Estado de Santa Catarina e da sociedade civil organizada.

(Passa a ler.)

“Manifesta seu apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 0023/2018 que viabilizará a integração e qualificação no sistema de transporte público coletivo da região metropolitana de Florianópolis.

O referido projeto foi elaborado por consenso entre o governo do estado e as prefeituras da região, tendo como sua minuta aprovado no âmbito deste comitê em Fevereiro de 2018. Em março de 2018 a mesma minuta foi ratificada pelo Colégio Superior da Região Metropolitana de Florianópolis, órgão máximo de deliberação da estrutura de governança interfederativa, composto por nove prefeitos da região e três secretários de estado. O consenso em relação ao projeto de lei foi alcançado após o longo debate entre representantes do governo estadual e das prefeituras da região. Iniciado em meados de 2017, após suspensão da tramitação pelo PLC nº 0007.3/2017, na Assembleia do Estado.

Assim, o projeto de lei ora em discussão reflete concordância dos prefeitos em iniciar a integração metropolitana de maneira prudente e com respeito a autonomia dos entes federativos. Diversos estudos nacionais e internacionais enaltecem a importância do transporte público coletivo e promoção da mobilidade urbana de forma sustentável e inclusiva.

Há de considerar que os municípios e o estado vêm sofrendo exigências e ações do Ministério Público de Santa Catarina e Tribunal de Contas do Estado, haja vista a obrigação legal de licitar os serviços de transporte público coletivo que se encontra em latente precariedade e apenas resistem em benefício da solução integrada viabilizada pela aprovação do referido projeto de lei. Não sendo aprovado no corrente ano, os municípios serão obrigados a adotar soluções individuais que prejudicam e inviabilizam o adequado atendimento da população metropolitana contrariando as exigências da política nacional de mobilidade urbana da Lei Federal nº 12.587/2012 do estatuto da metrópole federal nº 13.89/2015.

O aludido projeto de lei em tramitação na Alesc é o primeiro passo para alcançarmos a segurança jurídica necessária para implantação do sistema de transporte integrado coletivo que será criado e gerido de forma conveniada entre o governo do estado e as prefeituras municipais. Além disso, esse projeto não gera impacto financeiro aos cofres públicos nem põe nenhuma obrigação ou subtrai prerrogativas dos municípios.”

A Presidência informa que tal manifesto é uma solicitação para celeridade do referido projeto, e a assinatura corresponde aos

municípios de: Águas Mornas, Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara; também da Fecomércio, da CAU/SC, SCPAr, do CREA, do SENGE/SC, da Fetranesc, e da OAB.

Igualmente, a Presidência informa que todos os srs. deputados receberam em seus gabinetes esta solicitação feita pelo Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis -Coderf.

Na sequência, dá continuidade a pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00223/2018, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que autoriza a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações internas e interestaduais com medicamento destinado ao tratamento da Atrofia Muscular Espinal (AME).

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0173/2018, de autoria do deputado Ricardo Guidi, que altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina”, para o fim de adjetivar com a cor laranja a “Semana Estadual de Prevenção às Deficiências”.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0131/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Jean Kuhlmann.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0422/2017, de autoria do

deputado Cesar Valduga, que institui o Estatuto do Portador de Câncer no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 00221/2018 de autoria do governo do estado, que reduz temporariamente a contribuição de que trata o art. 24 da Lei Complementar nº 306, de 2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências. Ato da Mesa nº 021-DL/18 - Prorroga prazo.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dr. Vicente Caropreso, Valdir Cobalchini.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade pela maioria, com votos contrários dos srs. deputados Fernando Coruja, Dr. Vicente Caropreso e Rodrigo Minotto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0259/2018, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a associação beneficente Promoção e Assistência Social de Treviso (PROAST).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0162/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca do valor total investido na reconstrução do Ginásio de Esportes da Escola Básica Júlia Baleoli Zaniolo, no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0163/2018, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao Governador do Estado informações acerca da licitação para realização das obras de ampliação do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertoso no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0164/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer,

solicitando ao Secretário da Fazenda informações acerca do valor estimado da renúncia tributária relativa à redução da base de cálculo do ICMS incidentes sobre os produtos da cesta básica para 2019, e qual o montante incidente sobre a farinha de trigo, de milho e de mandioca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0165/2018, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário da Casa Civil informações acerca da atual composição acionária da Casan e da Celesc.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0855/2018, 0856/2018, 0858/2018 e 0859/2018, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0857/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; 0860/2018, de autoria do deputado Valmir Comin; e 0861/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0466/2018 e 0467/2018, de autoria do deputado Milton Hobus.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Agradece aos colegas deputados, e as comissões da Casa, por aprovar o Projeto de Lei n. 422/2017, de sua autoria na presente data. Destaca que o mesmo institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Câncer, e será um compromisso com a dignidade humana ao

promover e proteger o doente. Cita que o objetivo é iniciar e aprofundar a discussão para que a legislação se torne mais coesa, e que a população possa reivindicar os seus direitos com celeridade, já que a intenção é garantir diagnóstico precoce e tratamento rápido. Esclarece que está demonstrado que o resgate da cidadania, ajuda no processo de recuperação da autoestima e influi positivamente na qualidade de vida do paciente.

Conclui reconhecendo que ainda há um longo caminho a percorrer, para que o enfermo com câncer tenha uma justa e efetiva proteção do estado e da sociedade, pois uma doença tão grave fragiliza não apenas o doente, mas toda a sua estrutura familiar. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, Especial, para a presente data, às 19h, em Comemoração aos 50 Anos da Criação da Receita Federal do Brasil. [Taquígrafa: Ana Maria].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Jean Kuhlmann, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Dirceu Dresch, João Amin, Marcos Vieira, Mauro de Nadal, Ricardo Guidi e Valdir Cobalchini. O presidente fez a leitura do ofício do Gabinete, de nº 126/2018, que justificou a ausência do Senhor Deputado Darci de Matos e do ofício do Gabinete, de nº 154/2018 que justificou a ausência do Senhor Deputado Rodrigo Minotto. Havendo quorum regimental, o presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 22ª Reunião Ordinária, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o presidente concedeu a palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada, para início da discussão de matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira deliberou acerca das seguintes matérias: PLC/0019.7/2018, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 675, de 2016, a Lei Complementar nº 676, de 2016, e a Lei Complementar nº 687, de 2016. Devolveu vista dos autos e apresentou voto pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva global, acatado pelo relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/456.7/2015, de autoria do Deputado Valmir Comin, que cria o Serviço de Acolhimento Juvenil em República para os egressos de instituições de acolhimento e adota outras providências. Apresentou parecer pela rejeição do projeto, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e João Amin. PL/0502.7/2015, de autoria do Deputado Mario Marcondes, que dispõe sobre a regularização fundiária em áreas urbanas consolidadas no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0059.9/2017, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que institui a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado de Santa

Catarina, e adota outras providências. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi concedida vista ao Deputado Dirceu Dresch. PL/0087.2/2017, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que institui a consulta popular como pré-requisito para a tramitação e o processamento de autorização legislativa que disponha sobre a privatização de bens e serviços públicos estaduais. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin. PLC/0037.9/2015, de autoria do Deputado Leonel Pavan, que altera o art. 9º da Lei Complementar nº 446, de 2009, que institui a Fundação Escola de Governo (ENA), para o fim de modificar a composição do Conselho Estratégico. Apresentou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0383.7/2017, de autoria do Deputado Mario Marcondes, que dispõe sobre a definição das associações de socorro mútuo e adota outras providências. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Jean Kuhlmann deliberou acerca das seguintes matérias: PLC/0016.4/2018, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 51 da Lei nº 6.218, de 1983, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e dá outras providências". Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. PLC/0024.4/2018, de autoria do Governador do Estado, que altera a ementa e o art. 5º da Lei Complementar nº 302, de 2005, que institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, e estabelece outras providências. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. PLC/0026.6/2018, de autoria do Ministério Público, que reajusta piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. PSA/007.2/2018, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, que susta, com fundamento no art. 40, VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, o Decreto nº 1.608, de 2018, que abre crédito suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Valdir Cobalchini. MPV/00223/2018, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações internas e interestaduais com medicamento destinado ao tratamento da Atrofia Muscular Espinal (AME). Apresentou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Senhor Deputado Valdir Cobalchini deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0266.3/2017, de autoria do Governo do Estado, que altera a Lei nº 14.590, de 2008, que cria o Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina (CONCIDADES/SC). Devolveu vista sem manifestação. PL/0165.0/2018, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre o dever do fornecimento de Manual Básico de Segurança no Trânsito referente ao uso de bicicletas, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0173.0/2018, de autoria do Deputado Ricardo Guidi, Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina”, para o fim de adjetivar com a cor laranja a “Semana Estadual de Prevenção às Deficiências”. Apresentou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0140.1/2018, de autoria dos Deputados Ana Paula Lima e Neodi Saretta que obriga que nos editais de licitações e nos contratos de obras públicas se registre a obrigatoriedade de cumprimento da Lei nº 17.076, de 2017. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0159.1/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que Institui a Semana Estadual dos Povos Indígenas. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0217.5/2018, de autoria do Deputado Gabriel Ribeiro, que declara de utilidade pública a Casa de Acolhida Coração de Rua, de Herval D'Oeste. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. MSV/01336/2018, de autoria do Governador do Estado, com veto total ao PL/0055/16, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre as condições adequadas de convivência e repouso ofertadas aos profissionais nas instituições de saúde, públicas e privadas. Apresentou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado João Amin deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0019.7/2018, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 675, de 2016, a Lei Complementar nº 676, de 2016, e a Lei Complementar nº 687, de 2016. Devolveu vista sem manifestação. PL/0211.0/2018, de autoria do Deputado Patrício Destro, que institui a Semana Estadual dos Clubes de Desbravadores no Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Dirceu Dresch deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0106.0/2016, de autoria do Deputado Darci de Matos e outro(s), que altera a Lei nº 13.721, de 2006, que “Autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências”, para incluir os serviços de vistoria veicular. Devolveu vista sem manifestação e foi concedida vista em Gabinete ao Deputado Marcos Vieira. PL/0266.3/2017, de autoria do Governo do Estado, que altera a Lei nº 14.590, de 2008, que cria o Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina (CONCIDADES/SC). Devolveu vista sem manifestação. PL/0123.0/2018, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Devolveu vista sem manifestação, sendo aprovado por maioria o parecer favorável do relator, com voto contrário do Deputado João Amin. PL/0315.6/2015, de autoria do Deputado Patrício Destro, que altera a Lei nº 10.309, de 1996 que institui a gratuidade para a realização de laqueadura tubária e vasectomia, nos hospitais e maternidades públicas estaduais e/ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação, sendo aprovado por unanimidade o parecer do relator. PEC 004.2/2017, de autoria do Dep. Gelson Merisio e outros, que altera o inciso IX do art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina, estabelecendo prazo para a Assembleia Legislativa julgar

as contas prestadas pelo Governador. Devolveu vista sem manifestação, sendo mantido o pedido de vista em gabinete do Deputado João Amin. PL/0250.6/2017, de autoria do Deputado Silvio Dreveck, declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Casa D'Agrônoma - residência oficial do Governador do Estado de Santa Catarina, localizada no Município de Florianópolis. Devolvido sem manifestação, sendo aprovado por unanimidade o parecer do relator, favorável com emenda substitutiva global. PL/0338.2/2017, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que Institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta e cria o Programa Bicicleta em Santa Catarina, e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação. PLC 0022.2/2018, de autoria do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Devolveu vista sem manifestação, sendo o parecer favorável do relator, aprovado por unanimidade. PL/0033.0/2018, de autoria do Dep. Antonio Aguiar, institui normas obrigatórias para abertura de conta bancária às campanhas solidárias de arrecadação de fundos, em espécie, que visem tratamentos de saúde a menores, idosos, incapazes, pessoa com deficiência e hipossuficientes no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação, sendo o parecer favorável do relator, com emenda substitutiva global aprovado por unanimidade. PL/0043.1/2018, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a isenção do pagamento de direitos autorais nas execuções de obras musicais realizadas sem fins lucrativos no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação, projeto ainda em vista com o Deputado Rodrigo Minotto. O Senhor Deputado Mauro de Nadal deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0164.9/2018, de autoria dos Deputados Ana Paula Lima e Neodi Saretta, proíbe o uso e a comercialização de equipamentos contendo mercúrio no Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi concedida vista ao Deputado Dirceu Dresch. PL/0139.8/2018, de autoria do Deputado Valmir Comin, que dispõe sobre o processo de doação de animais pertencentes aos órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e adota outras providências. Apresentou parecer favorável que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0177.3/2018, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que estabelece normas para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos veiculados sob a responsabilidade de empresas jornalísticas no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Apresentou parecer favorável que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin. PL./0186.4/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, que institui o Dia da Constituição da República Federativa do Brasil no Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0203.0/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre o direito ao acesso dos usuários aos serviços de urgência odontológica nas unidades de pronto atendimento do Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina. Apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0209.5/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que institui o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura no Estado de Santa Catarina (CEPCT/SC), e adota outras providências. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em que posto em discussão e votação, foi concedida vista ao Deputado Dirceu Dresch. PL./0219.7/2018, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que institui o Agosto Laranja de conscientização da Mielomeningocele, no Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ricardo Guidi deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0196.6/2018, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública a APAE de Antônio Carlos. Apresentou requerimento de diligenciamento que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL/0210.9/2018, de

autoria do Deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Instituto Elo Vital, de Blumenau. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0095.2/2018, de autoria do Deputado Patrício Destro, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Autistas - AMA Navegantes, do Município de Navegantes. Apresentou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0229.9/2018, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Amigas do Peito de Cocal do Sul (AAPCS). Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Deliberações extrapauta: Senhor Deputado Valdir Cobalchini deliberou extrapauta acerca das seguintes matérias: PLC/0023.3/2018, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 636, de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudferf), e estabelece outras providências. Declinou do requerimento de audiência pública. O parecer favorável do relator, Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Mauro de Nadal deliberou extrapauta: PL./0245.9/2018, de autoria do Governador do Estado, que denomina Ademir Galleazzi o auditório da Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0238.0/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal, que liga os Municípios de Dionísio Cerqueira e Princesa, e adota outras providências. Apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0237.9/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal, que liga os Municípios de Itapiranga e Tunápolis, e adota outras providências. Apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0236.8/2018, de autoria do Deputado Natalino Lázare, que dispõe sobre controle e monitoramento da Anemia Infecciosa Equina (AIE) e/ou Mormo, em Rodeios e eventos congêneres, no Estado de Santa Catarina. Apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0232.4/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual de Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas, na data que especifica. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ricardo Guidi deliberou extrapauta: PEC/0004.2/2015, de autoria do Leonel Pavan e outro(s), que altera o art. 106 da Constituição do Estado de Santa Catarina e acrescenta o art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a escolha do Delegado-Geral e a proposta da Lei Orgânica da Polícia Civil. Apresentou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 30 de outubro de 2018

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Jean Kuhlmann, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, Marcos Vieira, Mauro de Nadal, Ricardo

Guidi, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. Havendo quorum regimental, o presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 23ª Reunião Ordinária, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o presidente concedeu a palavra aos membros para início da discussão de matérias, obedecendo à ordem de chegada. Com anuência do Senhor Deputado Marcos Vieira, primeiro a adentrar a sala de reunião, o Senhor Deputado João Amin, com deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0177.3/2018, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que estabelece normas para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos veiculados sob a responsabilidade de empresas jornalísticas no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação, sendo o parecer favorável apresentado pelo Relator Dep. Mauro de Nadal, aprovado por unanimidade. OF/0399.0/2018, de autoria da Entidade Social, que solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Sociedade Promocional do Menor Trabalhador, de Florianópolis. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade PL/0198.8/2018, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Braços Abertos (ABA), do Município de Florianópolis. Apresentou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0039.5/2016, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que torna obrigatória a divulgação de mensagem relativa a cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Apresentou parecer favorável as emendas: aditiva (fls. 59), modificativa (fls. 28) e supressiva (fls. 29), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0201.8/2018, de autoria do Deputado Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Gasparense de Amparo e Proteção dos Animais (ONG-AGAPA), do Município de Gaspar. Apresentou parecer favorável, com emenda modificativa, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL/0227.7/2018, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Judô Samurai, de Santo Amaro da Imperatriz. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0065.7/2018, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que institui o projeto Prevenção da Violência Doméstica com Estratégia Saúde da Família e adota providências correlatas. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0381.5/2013, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a celebração de convênios entre a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e os pequenos e médios produtores rurais para a compra de geradores de energia elétrica. Apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0104.8/2018, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que denomina Vereador Luiz Gonzaga Agostinho o Viaduto sobre a Rodovia Antônio Heil, no km 6,5 da SC-486. Apresentou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0258.3/2018, de autoria do Deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação Pleroma, de Canoinhas. Apresentou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0049.7/2017, de autoria do Deputado Darci de Matos, que determina que conste no Certificado de Registro Veicular (CRV), a quilometragem exibida no hodômetro dos veículos, a cada transferência de propriedade no âmbito do Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedida vista e, gabinete ao Deputado Rodrigo Minotto. O Senhor Deputado Marcos Vieira deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0182.0/2018, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que altera a Lei nº 17.144, de 2017, que "Institui a Tabela Complementar do SUS Nacional, para o fim de obtenção de prestação de serviços privados de pessoas físicas ou jurídicas na área da saúde e adota outras providências", para inclusão dos

Municípios na abrangência da Lei. Apresentou parecer favorável que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0005.6/2016, de autoria do Deputado Mario Marcondes, que dispõe sobre a obrigatoriedade na marcação de exames e consultas para pessoas com mais de 65 anos nas Unidades de Saúde Públicas pertencentes ao Governo do Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer contrário que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PRS/0001.2/2017, de autoria da Deputada Luciane Carminatti e outro(s), que institui o Selo Pró-Equidade de Gênero para empresas estabelecidas em Santa Catarina. Apresentou parecer contrário que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O Senhor Deputado Jean Kuhlmann deliberou acerca das seguintes matérias: PLC/0028.8/2017, de autoria da Defensoria Pública, que institui o Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP) cujos recursos se destinam, exclusivamente, ao Aparelhamento da Defensoria Pública e ao Aperfeiçoamento Profissional de seus membros e servidores. Apresentou requerimento de diligenciamento à Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria do Estado da Fazenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0515.1/2015, de autoria do Deputado Gabriel Ribeiro, que dispõe sobre a doação e reutilização de gêneros alimentícios e de sobras de alimentos e adota outras providências. Apresentou parecer favorável à emenda substitutiva global de fls. 81 a 83. O Senhor Deputado Dirceu Dresch deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0142.3/2018, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que reconhece o Município de Presidente Getúlio como a “Capital Catarinense das Quedas D’água” e como o “Vale das Cachoeiras”. Apresentou requerimento de tramitação conjunta ao PL/0255.5/2015, PL/0296.9/2015 e PL/0290.3/2015 os quais já tramitam conjuntamente, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0162.7/2018, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Associação Natureza Sempre Viva, de Concórdia. Apresentou parecer favorável que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0106.0/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, que dispõe sobre a instalação de painéis solares fotovoltaicos nos hospitais do Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. PL/0133.2/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a divulgação e o combate ao assédio sexual e a cultura do estupro na Administração Pública do Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Valdir Cobalchini deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0240.4/2018, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação pelas empresas operadoras de cartões de crédito e débito (adquirentes) de máquinas adaptadas para pessoas com deficiência visual. Efetuou requerimento de diligenciamento ao Procon e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0234.6/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que institui a Política Estadual para a População Migrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias no Estado de Santa Catarina. Apresentou requerimento de diligenciamento Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0250.6/2018, de autoria da Deputada Ana Faraco de Luca, que institui a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento de “startups” no Estado de Santa Catarina. Apresentou requerimento de diligenciamento Secretaria do Estado da Casa Civil, Secretaria do Estado da Fazenda, JUCESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, SENAI-SC e ACATE - Associação Catarinense de Tecnologia, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0224.4/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, que institui a Campanha Estadual Permanente de Prevenção de Acidentes de Moto no âmbito do Estado de Santa Catarina. Apresentou requerimento de

diligenciamento à Secretaria do Estado da Casa Civil, Secretaria do Estado da Fazenda e ao DETRAN, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0226.6/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, que dispõe sobre a instalação de painéis solares fotovoltaicos nas escolas da rede pública estadual, presídios e penitenciárias de Santa Catarina. Apresentou requerimento de diligenciamento Secretaria do Estado da Casa Civil, Secretaria do Estado da Fazenda, Secretaria do Estado da Administração e CELESC, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0218.6/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que regulamenta e dispõe sobre a concessão de licenças e alvarás para funcionamento de consultórios optométricos e adota outras providências. Apresentou requerimento de diligenciamento à Secretaria do Estado da Casa Civil, Secretaria do Estado da Saúde, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0241.5/2018, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que institui o Dia da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0247.0/2014, de autoria da Deputada Angela Albino, que dispõe sobre a implantação de ecodutos que possibilitem a segura transposição da fauna, sob ou sobre as estradas, rodovias e ferrovias, no Estado de Santa Catarina, devolveu vista da matéria, sem manifestação. O Senhor Deputado Mauro de Nadal deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0013.6/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que estabelece requisitos para a contratação de show musical para eventos, comemorações ou festividades públicas, quando financiados ou subvencionados por recursos públicos no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Devolveu vista com manifestação pela aprovação do projeto. O parecer pela rejeição da matéria, apresentado pelo relator Ricardo Guidi, foi rejeitado por maioria, e o voto vista apresentado pelo Deputado Mauro de Nadal foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado João Amin. PL/0542.4/2015, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, que Reconhece o Município de Belmonte como Capital Catarinense dos Trilheiros. Apresentou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ricardo Guidi deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0257.2/2018, que denomina Representante Comercial Flavio Flores Lopes a Rodovia SC-443, no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rodovia BR-101 (km 0,0), até o início do Contorno Rodoviário no Município de Sangão (km 2,5). Apresentou parecer pela aprovação que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL./0249.2/2018, que eclara de utilidade pública a Associação Arte Mais Suave, de Brusque. Apresentou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Encaminha documentação do Observatório Social de Criciúma (OS CRICIÚMA), solicitando a elaboração de Projeto de Lei de declara de utilidade pública. Of./0687.5/2018, que encaminha documentação do Observatório Social de Criciúma (OS CRICIÚMA), solicitando a elaboração de Projeto de Lei de declara de utilidade pública. Apresentou parecer favorável a tramitação da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Darci de Matos deliberou acerca das seguintes matérias: PL/0368.8/2015, de autoria do Deputado João Amin, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Apresentou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0474.9/2017, de autoria do Deputado João Amin, que dispõe sobre o dever de as empresas concessionárias de serviço de telefonia móvel permitirem ao consumidor a acumulação de franquia de dados, quando não utilizada no mês de aquisição, para uso no mês subsequente. Apresentou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. MSV/01280/2018, de autoria do Governador do Estado, Veto total ao PL/416/17 de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que “Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências”, para o fim de isentar o Microempreendedor Individual (MEI) das taxas de serviços

gerais e estaduais e de prevenção contra sinistros. Apresentou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0228.8/2018, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Centro Educacional Vianna de Carvalho, de Balneário Camboriú. Apresentou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL/0152.5/2018, de autoria do Deputado João Amin, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudos fabricados com produtos biodegradáveis ou similares no Estado. Apresentou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi concedida vista aos Deputados Ricardo Guidi e Valdir Cobalchini. PL/0369.9/2016, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que dá nova redação ao art. 1º, § 1º e alínea "a" do § 3º da Lei nº 14.737, de 2009, que "Estabelece a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências do correio localizadas no Território catarinense", para incluir as cooperativas de crédito e vigilante 24 (vinte e quatro) horas nos terminais de autoatendimento. Apresentou parecer pela aprovação, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação foi concedida vista aos Deputados Mauro de Nadal e Dirceu Dresch e Valdir Cobalchini. PL/0265.2/2018, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que extingue serventias extrajudiciais instaladas em distritos municipais. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PLC/0033.5/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera a Tabela I da Lei Complementar nº 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Apresentou voto vista favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, permanece em vista até a próxima reunião ordinária desta Comissão. MPV/0221/2018, de autoria do Governador do Estado, que reduz temporariamente a contribuição de que trata o art. 24 da Lei Complementar nº 306, de 2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências. Apresentou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado João Amin e abstenção do Deputado Dirceu Dresch. Matérias extra pauta. O Senhor Deputado Rodrigo Minotto deliberou extra pauta acerca das seguintes matérias: PL./0251.7/2018, que confere ao Município de Armazém o título de Capital Catarinense da Tilápia. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0259.4/2018, que declara de utilidade pública a associação beneficente Promoção e Assistência Social de Treviso (PROAST). Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Valdir Cobalchini deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0331.6/2017, que denomina Teori Albino Zavascki o Centro Administrativo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, localizado na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1.521, no Bairro Capoeiras no Município de Florianópolis. Apresentou voto vista contrário ao parecer do relator, com emenda substitutiva global. Voto vista acolhido, sendo o projeto pautado para a próxima reunião para deliberação e voto. PL./0215.3/2018, que institui o Dia Estadual do Optometrista, apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ricardo Guidi deliberou extra pauta sobre o PL./0190.0/2018, que institui o mês da Saúde na Escola, no Estado de Santa Catarina. Apresentou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Darci de Matos deliberou acerca do PL./0253.9/2018, que institui o Código de Vigilância Sanitária do Estado e estabelece outras providências. Apresentou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Ricardo Guidi, restando acordada a devolução da matéria para votação no prazo regimental. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do

colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 13 de novembro de 2018

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado **Serafim Venzon**, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: **Darci de Matos**, substituindo o Deputado **Jean Kuhlmann**, que apresentou justificativa de sua ausência através de Ofício, **Serafim Venzon**, **Valmir Comin**, **Dirceu Dresch** e **Fernando Coruja**. Foi registrada também a presença da Senhora Deputada **Ada de Luca**. O Senhor Deputado **Cesar Valduga** apresentou justificativa de sua ausência através de Ofício. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião e agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação da Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizada no dia onze de julho de dois mil e dezoito, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento e obedecendo a ordem de chegada, o Senhor Presidente passou à palavra ao relator Senhor Deputado **Valmir Comin**, que passou a relatar o **PLC/0015.3/2018** - que "Altera o art. 24 da Lei Complementar nº 156 de 1997 que dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos e adota outras providências, e acrescenta as notas 6ª e 7ª ao item 7 da Tabela I - Atos do Tabela da Lei Complementar nº 219, de 2001", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado **Valmir Comin** trouxe também extrapauta o **PL./0175.1/2018** - que "Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação à Vida (CERVIDA), de Vidal Ramos", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado **Fernando Coruja**, que passou a relatar os Projetos que estavam na Pauta do Senhor Deputado **Cesar Valduga** que não estava presente na reunião. Foram eles: **PL./0160.5/2018** que "Institui o Dia Estadual do Mestre de Cerimônias no âmbito do Estado de Santa Catarina", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **PL./0176.2/2018** que "Declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Vida de Chapecó (NAVIC)", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado **Fernando Coruja** relatou ainda o Projeto extrapauta **PL.0109.2/2018** - que "Declara de utilidade pública a Rede Social Comunitária Pró-Envelhecimento Sadio de São José", que seria relatado pelo Senhor Deputado **Dirceu Dresch**, mas que no momento teve que se ausentar na Sala de Reuniões por motivos pessoais. O referido Projeto apresentava parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente Deputado **Serafim Venzon** passou a relatar extrapauta o **PLC/0013.1/2018** - que "Altera o art. 48 da Lei Complementar nº 453, de 2009, que instituiu Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, permitindo que Agente da Autoridade Policial possa ser promovido durante o estágio probatório", apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. E para constar a presente ata foi lavrada e após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon
Presidente

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1355

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei Complementar nº 0023.3/2018, de origem governamental, encaminhado por meio da Mensagem nº 1310, de 6 de agosto de 2018, que "Altera a Lei Complementar nº 636, de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf), e estabelece outras providências".

Conforme o § 3º do art. 180 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, solicito respeitosamente que seja encerrada a tramitação legislativa do aludido projeto de lei complementar.

Florianópolis, 20 de novembro de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/11/18

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1794, de 14 de novembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 036/2018.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	ANTONIO HENRIQUE C. BUCÃO VIANNA	Pregoeiro
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	Pregoeiro substituto
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
1039	VICTOR INÁCIO KIST	
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1015	SERGIO MACHADO FAUST	
1094	ALDO LUIZ GARCIA	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1795, de 14 de novembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **ANA FLAVIA MARTINS DA SILVA**, matrícula nº 7518, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, CRISTIANI LUCHI SILVEIRA, matrícula nº 1502, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 21 de novembro de 2018 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1796, de 14 de novembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **LISE HELENA VAUCHER PAIM**, matrícula nº 7180, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, marcelo domingues, matrícula nº 1921, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 15 (quinze) dias, a contar de 19 de novembro de 2018 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI PL./0283.4/2018

Altera a Lei nº 16.318, de 2014, que declara de utilidade pública o Instituto Vida de Assistência à Saúde, de Garuva.

Art. 1º A Lei nº 16.318, de 20 de janeiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Vidas Instituto de Assistência à Saúde, de Timbó.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Vidas Instituto de Assistência à Saúde, com sede no Município de Timbó.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil, e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 21/11/18

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 16.318, de 20 de janeiro de 2014, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Darci de Matos

PROJETO DE LEI PL./0284.5/2018

Revoga o item 1.039 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), de Florianópolis.

Art. 1º Fica revogado o item 1.039 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, referente ao Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), com sede no Município de Florianópolis.

At. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 21/11/18

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que pretende revogar o item 1.039 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", em razão da solicitação do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), de Florianópolis, conforme Ofício nº 0692.2/2018 lido na Sessão Plenária do dia 30 de

outubro de 2018, em que a entidade renuncia ao título de utilidade pública estadual, cujas alegações, transcrevo:

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM é uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, instituído em 25 de novembro de 2005, foi criado para contribuir no desenvolvimento social da região da grande Florianópolis, inspirado no modelo de fundações comunitárias existentes em mais de 50 países, objetivando mobilizar e articular investimentos sociais de diversos doadores em prol de iniciativas sociais locais. Solicita a revogação da lei nº 14.345, de 18 de janeiro de 2008 que Declara de utilidade pública o Instituto Comunitário Grande Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 07.756.988/0001-62 no Município de Florianópolis. Tal solicitação se faz necessária para manter a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com o art. 18 da Lei nº 9.790/99 é vedada a instituição ter reconhecimento como utilidade pública estadual simultâneo a qualificação de OSCIP, conforme abaixo.

Sendo assim, impõe-se a esta Casa a revogação do item 1.039 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, nos termos ora proposto.

Deputado Jean Kuhlmann

* * *

PROJETO DE LEI Nº PL./0285.6/2018

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação Beneficente Pássaros de Luz, de Itajaí, para Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Educação Conduzida Pássaros de Luz.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 21/11/18

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
.....	ITAJAÍ	LEI ORIGINAL Nº
.....
172	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Educação Conduzida Pássaros de Luz	15.509 de 2011
.....

“(NR)

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei visando o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para modificar a denominação da Associação Beneficente Pássaros de Luz, conforme demonstrado pela documentação anexada.

Comissão de Constituição e Justiça

* * *

PROJETO DE LEI Nº PL./0286.7/2018

Dispõe sobre obrigatoriedade de inclusão da biomassa de banana verde e pescado fresco no preparo da merenda escolar da rede pública estadual de ensino.

Art. 1º O Governo do Estado de Santa Catarina utilizará a biomassa de banana verde e o pescado fresco produzidos, beneficiados ou industrializados em seu território na merenda escolar da rede pública de ensino, sem prejuízo dos demais itens necessários para o equilíbrio nutricional de cada refeição.

Art. 2º A biomassa de banana verde constitui-se em creme que poderá ser adicionado a molhos, bolos, biscoitos, pães, sucos e vitaminas a fim de enriquecer o teor de fibras, vitaminas B1, B6, C e Betacaroteno.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Lido no Expediente

Sessão de 21/11/18

JUSTIFICATIVA

O Estado de Santa Catarina é reconhecido nacionalmente pelos elevados índices de qualidade de vida, equilibrada distribuição de renda e índices de violência urbana que ainda encontra-se em patamares melhores quando comparados com outras regiões do país.

Destarte, aponta-se que fator preponderante para a intenção da manutenção dos equilíbrios reportados, não só em Santa Catarina, bem como em todo país, depende fundamentalmente do cuidado e amparo ao jovem e, notadamente, a criança na chamada primeira infância.

O presente projeto visa incluir na merenda escolar, refeição obrigatória nas escolas, a biomassa de banana verde e o pescado fresco, como fonte rica e equilibrada para melhor construção nutricional na confecção dos alimentos.

Destarte, cumpre informar que a biomassa de banana possui altíssimo teor de fibras, vitaminas B1, B6, C e betacaroteno, aumentando consideravelmente a qualidade nutricional da merenda escolar, melhorando os níveis de colesterol, auxiliando na perda de peso e contribuindo para estimular uma alimentação saudável, também, fora do ambiente escolar.

A presente proposição, se aprovada, garantirá a inclusão dos itens na alimentação das crianças auxiliando, indiretamente, no aperfeiçoamento do desempenho da criança na escola.

Sendo assim, conto com a aprovação dos nobres Pares ao Projeto de Lei que ora apresento.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

* * *

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 2996/2018 - GP

Florianópolis, 21 de novembro de 2018

A Sua Excelência o Senhor

Deputado SÍLVIO DREVECK

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, projeto de lei complementar que "Altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 188, de 30 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e adota outras providências", acompanhado da respectiva justificativa e da certidão de aprovação da minuta pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de admiração e respeito.

Cordialmente,

Rodrigo Collaço

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/18

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0030.2/2018.

Altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 188, de 30 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 188, de 30 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

II - até um terço será destinado ao pagamento de:

a) honorários de advogados nomeados pela autoridade judiciária para a prestação de assistência judiciária gratuita, para a prática de atos processuais específicos e para atuação nas causas de juridicamente necessitados, nos casos de impossibilidade de atuação da Defensoria Pública;

b) honorários periciais ou assistenciais dos profissionais nomeados pela autoridade judiciária em benefício dos abrangidos pela assistência judiciária gratuita ou justiça gratuita". (NR)

Art. 2º Um terço da receita do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), originária dos atos e serviços notariais e registrares correspondente ao período de 21 de dezembro de 2016 a 13 de julho de 2018, será transferido ao Tesouro do Estado, que arcará com o

pagamento de honorários de advogados, peritos e assistentes cujas certidões tenham sido emitidas até 13 de julho de 2018, bem como dos honorários que vierem a exceder a receita referida no inciso II do art. 2º da Lei Complementar n. 188, de 30 de dezembro de 1999.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as alíneas “c” e “d” do inciso II e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar n. 188, de 30 de dezembro de 1999.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, XX de XXXXX de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A finalidade do projeto de lei é alterar a redação do art. 2º da Lei Complementar n. 188, de 30 de dezembro de 1999, com vistas a viabilizar o pagamento dos honorários de advogados, peritos e assistentes nomeados pela autoridade judiciária nos processos abarcados pela assistência judiciária gratuita ou justiça gratuita, nos casos em que a Defensoria Pública esteja impossibilitada de atuar, com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ.

A alteração recente da redação do mesmo dispositivo vinculou esses pagamentos à Defensoria Pública do Estado, por meio de repasse do Tribunal de Justiça ao Fundo de Acesso à Justiça - FAJ.

Contudo, embora os recursos já estejam sendo repassados àquele Fundo, tem-se encontrado dificuldades na gestão desses pagamentos. Visando operacionalizá-los, estudou-se até mesmo a celebração de um convênio entre o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública, com a concordância da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado, que possibilitasse ao Judiciário assumir o ônus de realizar o pagamento, com recursos que retornariam do FAJ com essa finalidade.

Esse objetivo pode claramente ser alcançado de forma mais eficiente por meio da alteração que ora se propõe, que dispensa a transferência de recursos ao FAJ. O Tribunal de Justiça, que arrecada a receita, poderá, com a nova disciplina da matéria, efetuar diretamente os pagamentos devidos, sem a necessidade de convênio.

De outro lado, isso não impede a transferência de recursos ao FAJ, com essa mesma finalidade. Aqui apenas se retiram as amarras existentes na legislação em vigor.

Além disso, pretende-se, com o presente projeto de lei, regularizar a situação anômala existente desde a criação do Fundo de Acesso à Justiça - FAJ. É que com a publicação da Lei Estadual n. 684/2016, o Fundo Especial da Defensoria Dativa foi extinto, e o saldo na data da publicação da lei foi transferido ao Tesouro do Estado. A extinção do citado fundo provocou lacuna na autorização legal para a destinação dos recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, originários dos atos e serviços notariais e registrais, pois a autorização sobreveio apenas no dia 13 de julho de 2018, com a publicação da Lei Complementar n. 723/2018, todavia sem efeitos retroativos. Ou seja, a aludida parcela da receita entre os períodos de 21 de dezembro de 2016 até 13 de julho de 2018 foi mantida no Fundo de Reaparelhamento da Justiça até que ocorresse a previsão legal de sua destinação.

Portanto, a finalidade do projeto de lei é também transferir ao Tesouro do Estado o saldo retido no Fundo de Reaparelhamento da Justiça, porquanto é do Estado a responsabilidade pelo pagamento das obrigações dessa natureza.

CERTIDÃO

Assunto: Análise da minuta de projeto de lei complementar que “altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 188, de 30 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e adota outras providências”

Relator: Desembargador Rodrigo Collaço - Presidente

Certifico que o ÓRGÃO ESPECIAL, em sessão ordinária realizada nesta data, aprovou, por unanimidade, a minuta de projeto de lei complementar supracitada, encaminhada por meio do Ofício-Circular n. 111/2018-GP, de 20 de novembro de 2018.

Tomaram parte da decisão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Rodrigo Collaço - Presidente, Pedro Manoel Abreu, Cláudio Barreto Dutra, Luiz César Medeiros, Fernando Carioni, Marcus Tulio Sartorato, Ricardo Fontes, Salim Schead dos Santos, Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Jaime Ramos, Alexandre d'Ivanenko, Sérgio Izidoro Heil, José Carlos Carstens Köhler, João Henrique Blasi, Jânio Machado, Soraya Nunes Lins, Henry Petry Junior, Roberto Lucas Pacheco, Stanley Braga e Hélio do Valle Pereira.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Rodrigo Collaço.

Funcionou como representante do Ministério Público o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Aurino Alves de Souza.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

Florianópolis, 21 de novembro de 2018.

Lizete Luiza Weber

Secretária do Órgão Especial

** X X X ***

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO Nº PSA/0008.3/2018

Susta a Resolução GGG nº 008/2018, que revoga a Deliberação de Governo nº 0626/2018 que autoriza a Fundação Catarinense de Educação Especial a realizar processo seletivo para contratação de professores ACT's.

Art. 1º Fica sustada a Resolução GGG nº 008/2018, de 13 de novembro de 2018, editada pelos Secretários de Estados da Fazenda, Administração, Planejamento, Casa Civil e Procurador-Geral do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 13 de novembro de 2018.

Sala das Sessões,

Deputada Ada Faraco De Luca

Deputado Carlos Chiodini

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Manoel Mota

Deputado Mario Marcondes

Deputado Moacir Sopesa

Deputado Romildo Titon

Deputado Valdir Cobalchini

JUSTIFICATIVA

O Projeto de sustação de ato tem como objetivo sustar ato do Poder Executivo, a Resolução GGG nº 008/2018, que revoga a Deliberação de Governo nº 0626/2018, que autorizava a Fundação Catarinense de Educação Especial a realizar processo seletivo para contratação de professores ACT's.

O Estado de Santa Catarina faz convênio com as APAES para contratação de professores. As instituições podem optar pela contratação própria recebendo um valor pecuniário, ou o Estado cede professores ACT's através da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

Este ato executivo do Grupo Gestor impede que a FCEE faça processo seletivo no ano de 2019 para contratação de professores através processo seletivo, com isso inviabiliza a contratação de professores ACT's para as APAES.

Assim, faz necessária a sustação deste ato, pois exorbita o poder regulamentar e prejudica a educação especial no Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para aprovação do projeto de sustação de ato.

Sala das Sessões,

ESTADO DE SANTA CATARINA

GRUPO GESTOR DE GOVERNO

RESOLUÇÃO GGG Nº 008, de 13 de novembro de 2018.

Revoga a Deliberação do Grupo Gestor de Governo nº 0626/2018 de 28/06/2018, que autoriza a Fundação Catarinense de Educação Especial a realizar processo seletivo para contratação de professores ACT's.

O **GRUPO GESTOR DO GOVERNO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 1.931, de 07 de junho de 2004;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revoga a Deliberação do Grupo Gestor de Governo de SC número 0626/2018 de 28/06/2018, vinculada ao processo referência FCEE 1437/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de novembro de 2018.

PAULO ELI - Secretário de Estado da Fazenda

MILTON MARTINI - Secretário de Estado da Administração

FRANCISCO C. DE CAMARGO FILHO - Secretário de Estado do Planejamento

* * *